

# Xenofobia e tutela do Estado marcam pareceres levados às subcomissões

**ARTUR RIBEIRO NETO**  
Editor-assistente de Política

Os pareceres dos relatores das 24 subcomissões do Congresso constituinte lançam o país no túnel do tempo. Os textos, que já podem ser consultados em sua maioria nas telas dos computadores do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), relançam velhos mitos e idéias como princípios para a nova Constituição. As teses centrais dos 24 extensos relatórios podem ser resumidas em poucas palavras: xenofobia (aversão a tudo que seja considerado estrangeiro), tutela do Estado e desconsideração pela viabilidade técnica das propostas. Exemplo dessa tendência xenófoba é o parecer da relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, Cristina Tavares (PMDB-PE), 52, apresentado ontem. A proposta da deputada tem como ponto central consagrar o princípio da "reserva de mercado interno" no texto constitucional. Em seu artigo 2º, o parecer afirma que "o mercado interno integra o patrimônio nacional", e que a "lei estabelecerá reserva de mercado interno" tendo em vista a "realização do desenvolvimento econômico e da autonomia



Deputado Virgildásio Senna (PMDB-BA)



Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE)

tecnológica e cultural nacionais". A deputada garante, porém, que a possibilidade de reserva total do mercado que sua proposta permite não significa "xenofobismo" ou isolamento do país. Além disso, o relatório da deputada propõe que o Estado utilize preferencialmente "bens e serviços ofertados por empresas nacionais", sem qualquer menção à qualidade técnica e à eficácia desses serviços. A mesma idéia de considerar tudo o que é estrangeiro necessariamente como um "mal" para o país ocorre no parecer do deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), 53, relator da Subcomissão de Princípios Gerais,

Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica. Senna propõe que seja dado "tratamento diferenciado" à empresa nacional no que "concerne às compras governamentais e incentivos". O mesmo deputado propõe também que os bancos de depósitos, as empresas financeiras, de seguros, de capitalização, consórcios e de mineração sejam nacionalizadas. Já o parecer do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), 65, relator da Subcomissão da Reforma Agrária, defende que as "pessoas físicas estrangeiras" não possam possuir terras, no país, cuja somatória "seja superior a três módulos rurais". O

módulo rural é variável por Estado. Segundo índices do Inbra citados pelo parecer, o do Distrito Federal é de cinco hectares, o do Mato Grosso do Sul é de 110 hectares, e o de São Paulo é de quarenta hectares.

O relator da Subcomissão da Questão Urbana, José Ulisses de Oliveira (PMDB-MG), 47, "inova" na definição da propriedade e, ao mesmo tempo, exemplifica a visão tutelar predominante entre os constituintes. Ele defende a introdução da idéia de "propriedade familiar", que seria isenta da execução por dívida a particulares por ser "considerada um bem de família". Esse tipo de propriedade, adquirida por usucapião ou por doação do Estado, não pode ser vendida mesmo que seu proprietário legal o deseje ou necessite. O mesmo tipo de noção aparece no parecer de Lima Filho. Segundo sua proposta, os beneficiários da distribuição de terras pela reforma agrária não poderiam vender os seus lotes pelo prazo de vinte anos, não importando se o proprietário tenha de deixá-los sem cultivo.

Ao lado da mitologia do nacionalismo outro problema marca a produção dos relatórios: o afã regulamentador. Exemplo disso é o parecer do deputado José Ulisses, que pretende inserir na Constituição que o Plano Piloto de Brasília, que considera ter "um perfeito equilíbrio de impercível beleza", seja "preservado com sua concepção original".

## Caiado é contra as propostas da Reforma Agrária

Da Sucursal de Brasília

O presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, 36, afirmou ontem que a proposta do relator da subcomissão da Política Agrícola e da Reforma Agrária do Congresso constituinte, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), é antiética, indecorosa, agressiva, arbitrária e só deve ter um destino: "o lixo". Ele classificou a proposta de "fruto da patologia do arbitrio".

Segundo ele, não cabe à futura Constituição definir a função social do imóvel rural, como prevê o esboço do relatório, entrando em "pormenores, definindo forma de indenização, de desapropriação". Ronaldo Caiado afirmou que isto compete à legislação ordinária.

O presidente da UDR disse que a futura Carta deve apresentar princípios, deixando para o Poder Judiciário sua interpretação. Segundo ele, o anteprojeto do deputado Lima Filho tem como objetivo abrir "um parêntesis na nova Constituição" e implantar, neste espaço, o Estatuto da Terra. Com isso, afirmou Caiado, o relator pretende que a nova Constituição dê ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) plenos poderes para legislar, desapropriar e ter a posse da terra "sem ouvir o Poder Judiciário".

Caiado afirmou que a classe produtora rural nunca viu "nada tão revanchista, tão odioso e tão arbitrário" como a proposta do constituinte pernambucano. "Isto só podia sair da mente doentia de um homem que quer hoje transferir para 1987 os problemas que teve em 1964", acrescentou. Ronaldo Caiado, que é contrário à fixação da área máxima das propriedades rurais em cem módulos rurais, como propõe o relator, afirmou que num regime de livre iniciativa isto não pode existir. Advertiu que se a proposta de Oswaldo Lima Filho chegar ao plenário do Congresso constituinte "vamos fazer deslocamento de massa" para Brasília. "O jogo nosso é como eles quiserem", advertiu.

## Cardoso diz aprovar 'neoparlamentarismo' proposto por Fogaça

Da Sucursal de Brasília

O senador Fernando Henrique Cardoso, 55, líder do PMDB no Senado, concordou ontem, em linhas gerais, com a proposta de "neoparlamentarismo" apresentada pelo relator da Subcomissão do Poder Executivo do Congresso constituinte, senador José Fogaça (PMDB-RS). Ao admitir o projeto Fogaça, Cardoso modificou a posição que vinha mantendo, favorável ao presidencialismo.

Cardoso foi um dos participantes do painel realizado ontem pela manhã, sobre sistemas de governo, no "Seminário Internacional sobre Constitucionalismo e Democracia", que termina hoje em Brasília. A proposta Fogaça institui um sistema misto de governo, em que o presidente é eleito diretamente e, embora conserve muitos poderes, tem que administrar o país junto com um primeiro-ministro.

Durante o painel, o professor Juan Linz, da Universidade de Yale, fez uma ampla defesa do parlamentarismo em suas formas mais "puras", no caso as que predominam na Europa ocidental. Para Linz, espanhol radicado nos Estados Unidos, o parlamentarismo é o melhor sistema para evitar crises de governo e criar condições para o fortalecimento dos partidos.

O presidente do painel de ontem, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), presidente da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, também defendeu o parlamentarismo.

## Congresso reúne-se hoje para votar decretos-leis do governo Figueiredo

Da Sucursal de Brasília

O Congresso Nacional reúne-se hoje à noite, em sessão extraordinária, para votar cinco decretos-leis enviados ao Legislativo ainda no governo João Baptista Figueiredo (1979-85). Entre eles, está o que restabelece a carreira de procurador da Fazenda Nacional. Atualmente, no Congresso, existem 127 decretos-leis aguardando tramitação, entre os quais aqueles que dizem respeito ao Cruzado 2.

Esta será a oitava sessão realizada pelo Congresso desde o início dos trabalhos legislativos, em março passado. O Congresso Nacional reuniu-se para recepção do presidente de Portugal, Mário Soares. Nos dias 22 e 27 de abril e no dia 4 deste mês foram realizadas sessões para leitura e votação do projeto de resolução que

adaptou o regimento comum ao funcionamento do Congresso constituinte. Nos dias 5 e 11 últimos, ocorreram outras duas reuniões para leitura de vetos e de decretos-leis.

O Congresso decidiu arquivar as 279 propostas de emenda constitucional em tramitação, e outras 97 que aguardavam leitura. Enviou, porém, cópia das mesmas para o Congresso constituinte, a título de sugestão. Quanto aos decretos-leis, serão lidos e votados em sessões semanais convocadas extraordinariamente pelo presidente da Casa, respeitada a ordem de chegada ao Legislativo.

Antes dos decretos que tratam do Cruzado 2, deverão ser apreciados quase cem decretos-leis. Depois de lidos em plenário, eles têm sessenta dias para serem votados, ou passam por decurso de prazo. Dependendo do ritmo dos trabalhos constituintes, o

Cruzado 2 poderá ser votado apenas no próximo ano, a menos que um acordo de lideranças — como o que eu com o Cruzado 1 — faça com que ele vá para o começo da fila.

"A ordem dos decretos-leis é cronológica. Só pode haver alteração da ordem mediante acordo de lideranças", afirmou o presidente do Senado, senador Humberto Lucena (PMDB-PB). "Eu não posso, a meu critério, colocar este ou aquele decreto na ordem do dia, porque estou sujeito a pressões. Então eu presto às lideranças", disse.

Pelo novo regimento do Congresso, apenas emendas apresentadas na atual legislatura e assinadas por dois terços dos parlamentares serão votadas. Até agora, nenhuma emenda foi apresentada ao Congresso, dentro destas normas.

## Planalto espera discussão chegar às comissões

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney só começará a agir no sentido de influenciar as decisões do Congresso constituinte depois que o esboço da nova Constituição estiver sendo discutido nas comissões. Segundo apurou a Folha, Sarney orientou seus assessores parlamentares (que trabalham junto aos constituintes no sentido de dizerem o que pensa o Palácio do Planalto sobre determinados assuntos) a se "resguardarem", nesse período em que os trabalhos estão limitados. O presidente da República concluiu

que intensificar seu trabalho agora, seria inútil, pois nas comissões alguns relatórios poderão mudar e até se tornar coincidentes com o pensamento do Planalto. Os temas que mais preocupam o presidente estão relacionados com a duração de seu mandato (que ele já propôs que seja definido num pacto político a ser depois referendado pelo Congresso constituinte), com o sistema de governo (parlamentarista ou presidencialista) e com a redivisão territorial do país.

Além de sua equipe de assessores parlamentares, o presidente da Re-

pública conta ainda com forças de seu "lobby" (grupo de pressão) no Congresso constituinte, com o senador Carlos Chiarelli (líder do PFL no Senado), com o senador Marco Maciel (eleito presidente do PFL) e com o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara. Também atuam em sintonia com o Palácio do Planalto, os senadores Luiz Viana Filho (PMDB-BA), Marcondes Gadelha (PFL-PB) e Fábio Lucena (PMDB-AM), e os deputados Albérico Filho (PMDB-MA) e Expedito Machado (PMDB-CE).